

Caminhos até o bom candidato

Luiz Marques

15/09/2026

1.

O cientista político Luís Felipe Miguel, no artigo “Como escolher um candidato”, elenca critérios objetivos para a decisão: (i) afinidade com o partido; (ii) agenda prioritária em prol de direitos dos trabalhadores e das liberdades civis; (iii) apreço por um mandato não-personalista sem monetização, o que exclui os *influencers*. Sobre votar em nomes viáveis para não desperdiçar o sufrágio, é discutível. Eleitos aproveitam a votação dos não elegidos que, vale frisar, têm papel importante no processo de construção partidária na sociedade.



Os apontamentos acima se inserem no âmbito do Estado de direito democrático. Não é necessário ser socialista para ir às urnas com uma consciência de causa, e sim: (a) reconhecer nos partidos as balizas para uma opção; (b) postular o direito a ter direitos dos laboriosos, em época de precarização do trabalho e; (c) destacar a dimensão coletiva do parlamentar. Significa impedir o uso da representação em benefício pessoal às expensas do bem comum.

A distinção entre a “política como profissão” e a “política como vocação” permite separar o joio do trigo. Acompanhar as declarações anuais à Receita Federal dos que querem uma reeleição, retira o salvo conduto dos cafajestes que aumentam o patrimônio enquanto no Congresso postergam, indefinidamente, condições para relações sociais mais igualitárias. O salário de um deputado ou um senador não paga uma mansão de R\$ 6 milhões, em espécie.

Já o psicanalista Contardo Calligaris, na crônica “Qual romance você está lendo”, em *Aproveitar a vida e suas dores*, enfatiza um critério subjetivo. Apoia-se, assim, na pesquisa da *Science*: “Ler ficção literária melhora a teoria da mente”. A “teoria” (*thea* / visão, *horáw* / adquirir conhecimento) acena uma capacidade cognitiva de atribuir aos outros ideias e afetos com correção. Para saber se um político merece seu cobiçado voto, verifique se ele lê literatura.

Testes mostram que o contato com personagens complexos nos livros desenvolve a sensibilidade para a compreensão dos seres humanos. A literatura enseja uma eficaz imunização contra a sociopatia e a psicopatia. O encontro com os grandes literatos, pois, potencializa a virtude do “letrado”. A ausência do

saudável hábito de ler faria do “iletrado” uma criatura sob dupla suspeição, em consequência da malformação do intelecto e do defeito de caráter.

Contrario sensu, Lula da Silva não é um leitor assíduo ao se candidatar, em 1989, mas é o presidente que mais fundou Universidades, Institutos Federais e Campus de ensino no país. Em paralelo, ultradireitistas podem ingressar no clube restrito da *intelligentsia*. Na Itália dos anos vinte, o “Manifesto dos Intelectuais Fascistas”, de Giovanni Gentile (filósofo), é subscrito por Luigi Pirandello (criador do teatro do espelho sobre a vida como ela é), Filippo T. Marinetti (líder do movimento futurista) e ainda Gabriele D’Annunzio (poeta, dramaturgo).

2.

Não obstante, o antiintelectualismo é a marca dos governos ditatoriais. Motivo: o ofício de professores, escritores, jornalistas e artistas que compõem *le domaine intellectuel* exige liberdade de expressão. Descontado o abuso na propagação de valores anticivilizatórios, aquela é uma pedra no sapato dos poderes constituídos. Imprescindível ao exercício da função desde a publicação da paradigmática carta, “*J’accuse*”, de Émile Zola, no extinto jornal *L’Aurore*.

A extrema direita não percorre o caminho que leva às candidaturas republicanas; privilegia os interesses privados e não os interesses gerais. Tampouco conduz às candidaturas com empatia em face do sofrimento alheio; glorifica a existência das desigualdades e celebra a aporofobia, o desprezo aos pobres. No caso, dissemina o ódio ao cumprir o destino ligado ao sobrenome italiano (*Bolzon* / dardo, flecha), cujo ídolo – covarde – executa numa tocaia Marielle.

Os bolsonaristas desresponsabilizam o modelo econômico incensado na mídia corporativa pelas injustiças sociais. A lei do mais forte na guerra de todos contra todos, onde os fracos não têm vez, orienta a sua política de segurança. Azar se os jovens pretos inocentes morrem em blitz policiais na periferia e se os feminicídios explodem nas metrópoles. As estruturas sistêmicas do colonialismo (racismo) e do patriarcado (sexismo) não entram jamais na pauta.

No passado, o pensamento hegemônico considerava que as obras imaginativas e criativas eram atributos dos homens héteros, brancos, cristãos. Hoje, a produção de poesias, contos e romances por vozes antes forçadas a um silêncio (mulheres, *gays*, afrodescendentes e indígenas) questiona as classificações que recendem a dominação. A contestação ao determinismo mecânico sobre produtos simbólicos deve-se a um empoderamento dos novos sujeitos.

Artesanato do Norte, cordel do Nordeste, culinária do Centro-Oeste, escolas de samba do Sudeste, danças do Sul se somam à herança africana e à resiliência dos habitantes originários para exprimir nossa diversidade cultural. Ao mesmo tempo, cobram dos legisladores a “educação integral” (*Paideia*) de jovens para aprimorar a percepção plural das manifestações populares no Brasil. Só tolos acham que os povos da floresta anseiam pelo miraculoso wi-fi. A política é o meio para viver em comunidade com um sentido multidimensional.

Quem estimula a tirania estadunidense, que se crê dona da América Latina, trai o povo brasileiro e a pátria. Quem ameaça com um “tesouraço” do neoliberalismo o salário-mínimo e as aposentadorias defende a opressão. A bandeira da liberdade erguida por contrários ao fim da escala 6×1 demonstra de que lado estão na luta de classes. Não são dignos de confiança. *Vade retro*.

Luiz Marques é Docente de Ciência Política na UFRGS, ex-Secretário de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul.

Compartilhe nas redes: